

Dívida junto à CEF pode complicar Fiúza

A acusação mais grave que pesa sobre o deputado Ricardo Fiúza, à parte a liberação de subvenções sociais, e que pode determinar a cassação de seu mandato é que através de sua empresa, Agropecuária Jaçanã, contraiu empréstimo de um milhão de dólares com a Caixa Econômica Federal, tendo como tomadores a esposa e os filhos e ele mesmo como fiador.

O empréstimo nunca foi resgatado, sendo o papagaio renovado sucessivamente até que, da oitava para a nona operação, quando a bola de neve havia acumulado

quatro milhões de dólares, Ricardo Fiúza desapareceu do empréstimo como fiador, ficando, apenas, a esposa e demais familiares, o que é considerado irregular pela própria Caixa.

Inquérito — O empréstimo que a Agropecuária Jaçanã contraiu com a Caixa fugiu aos padrões estabelecidos por disposição constitucional para operações desse tipo. O empresário foi tão irregular que a administração da CEF julgou conveniente instaurar inquérito, devendo os funcionários responsáveis serem demitidos.

“Só esta operação legal, que configura claro exemplo de tráfico de influência, justifica a cassação do mandato de deputado Ricardo Fiúza”, confessou ontem uma fonte credenciada da CPI, exibindo um denso processo que se referia à operação de empréstimo contraído por Fiúza, através de sua empresa. A Subcomissão Fiscal e Patrimonial, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), está concluindo o minucioso levantamento que procedeu nas declarações de renda do deputado, procurando avalizar a evolução de seu patrimônio.